



DE 8 A 12 MAIO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 516/XIII](#)

Uniformiza o modo de exercício do direito de voto dos eleitores residentes no estrangeiro, procedendo à 21.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a Eleição do Presidente da República, à 16.ª alteração à Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à 6.ª alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, e à revogação do Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro (Organização do Processo Eleitoral no Estrangeiro)

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 517/XIII](#)

Torna oficioso e automático o recenseamento eleitoral dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, procedendo à 5.ª alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de março, que estabelece o novo Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral

Autoria: PSD

[Proposta de Lei 77/XIII](#)

Altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República e a Lei Eleitoral do Presidente da República

[Proposta de Lei 78/XIII](#)

Altera o regime jurídico do Recenseamento Eleitoral.

[Proposta de Lei 79/XIII](#)

Aprova o regime especial de acesso a dados de base e a dados de tráfego de comunicações eletrónicas pelo SIRP.

[Projeto de Resolução 860/XIII](#)

Recomenda ao Governo que promova medidas de prevenção e combate ao cyberbullying e ao cibercrime

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 865/XIII](#)

Recomenda uma alteração do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial que respeite o direito à contratação coletiva e uma nova orientação para a gestão do setor público empresarial

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 91/XIII](#)

Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014

[Decreto da Assembleia 92/XIII](#)

Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno

[Decreto da Assembleia 94/XIII](#)

Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários (transpõe a Diretiva 2014/57/UE, do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a Diretiva de Execução (UE) 2015/2392, da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, e parcialmente a Diretiva 2013/50/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, procedendo à alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro)

[Decreto da Assembleia 97/XIII](#)

Garante o exercício dos direitos dos beneficiários das utilizações livres de obras, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março

[Decreto da Assembleia 98/XIII](#)

Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços



AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 47/2017 - Diário da República n.º 90/2017, Série I de 2017-05-10](#)

Ambiente

Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2015/1480](#)

AUTARQUIAS LOCAIS

[Decreto n.º 15/2017 - Diário da República n.º 92/2017, Série I de 2017-05-12](#)

Administração Interna

Fixa a data de 1 de outubro de 2017 para as eleições gerais para os órgãos das autarquias locais

CONCORRÊNCIA

AdC – AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

[Comunicado 6/2017](#) - AdC lança proteção de confidencialidades em consulta pública

DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS

[Aviso n.º 47/2017 - Diário da República n.º 91/2017, Série I de 2017-05-11](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público ter a República Portuguesa depositado o seu instrumento de ratificação do Protocolo n.º 12 à Convenção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Roma, em 4 de novembro de 2000

[Aviso n.º 48/2017 - Diário da República n.º 91/2017, Série I de 2017-05-11](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público ter a República Portuguesa depositado o seu instrumento de ratificação do Protocolo n.º 15 à Convenção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de junho de 2013

EDUCAÇÃO

[Parecer n.º 3/2017 - Diário da República n.º 88/2017, Série II de 2017-05-08](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Acesso ao Ensino Superior

EXTRADIÇÃO SIMPLIFICADA

[Aviso n.º 45/2017 - Diário da República n.º 89/2017, Série I de 2017-05-09](#)

Negócios Estrangeiros

Ratificação pela República Argentina do Acordo sobre Extradicação Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela, em 3 de novembro de 2010

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - março de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - março de 2017](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Supervisão Comportamental 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos - março de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Fundos de Investimento - março de 2017](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório Anual da Atividade de Cooperação de 2016](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Circular OIC – Esclarecimento sobre a informação solicitada no anexo I da instrução da CMVM n.º 6/2016 \(Risco e Encargos de Organismo de Investimento Coletivo\)](#)

ASF – AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Consulta Pública n.º 5/2017](#)

Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões coloca em consulta pública o projeto de Norma Regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2017.

[Análise de riscos do setor segurador e dos fundos de pensões – maio de 2017](#)

A ASF publica a oitava edição do relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, onde são abordados os principais desafios e riscos que o setor enfrenta, sob a perspetiva macroprudencial, na esfera nacional e internacional.

 FISCAL

[Aviso n.º 46/2017 - Diário da República n.º 89/2017, Série I de 2017-05-09](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Adis Abeba, a 25 de maio de 2013

 PENAL

[Aviso n.º 49/2017 - Diário da República n.º 92/2017, Série I de 2017-05-12](#)

Negócios Estrangeiros

A República Portuguesa depositou junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, a 11 de abril de 2017, o seu instrumento de ratificação à alteração ao artigo 8.º e outras alterações ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional relativas ao crime de agressão, adotadas na Conferência de Revisão em Kampala, de 31 de maio a 11 de junho de 2010

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República promulga diplomas da Assembleia da República](#)

- Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos.

- Alteração do Código Civil promovendo a regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica e procede à quinta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, à vigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal, à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro.

 PROGRAMA NACIONAL DE FOGO CONTROLADO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 - Diário da República n.º 88/2017, Série I de 2017-05-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado

 TMT

[Portaria n.º 157/2017 - Diário da República n.º 90/2017, Série I de 2017-05-10](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Sexta alteração à [Portaria n.º 1473-B/2008](#), de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Projetos de adendas ao Manual ITED 3.ª edição e ao Manual ITUR 2.ª edição - consulta](#)

Projetos de adendas em consulta até 05.06.2017.
08.05.2017

[Análise de mercados - atualização da informação](#)

Consulte a informação atualizada sobre os quadros síntese das decisões e notificações de Portugal e dos Estados-Membros à CE.
09.05.2017

[Mecanismo Interligar a Europa" 2014-2020 - convites à apresentação de propostas](#)

CE e INEA lançam convite para apresentação de propostas no domínio das redes transeuropeias de telecomunicações
10.05.2017

 RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2017/A - Diário da República n.º 92/2017, Série I de 2017-05-12](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Plano Anual Regional para o Ano de 2017

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Ambiente

Decisão (UE) 2017/790 do Conselho, de 25 de abril de 2017, relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma [alteração do anexo XX \(Ambiente\) do Acordo EEE](#)

Espaço Schengen

Decisão de Execução (UE) 2017/818 do Conselho, de 11 de maio de 2017, que estabelece uma recomendação para o [prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen](#)

Recomendação (UE) 2017/820 da Comissão, de 12 de maio de 2017, sobre [controlos policiais proporcionados e cooperação policial no espaço Schengen](#)

OMC – Organização Mundial do Comércio

Decisão (UE) 2017/817 do Conselho, de 11 de maio de 2017, que define a [posição a adotar em nome da União Europeia no seio da Organização Mundial do Comércio sobre a alteração do anexo 3, secção C, alínea ii\), do Acordo da OMC no que respeita à periodicidade dos exames das políticas comerciais da OMC e ao regulamento interno do Órgão de Exame das Políticas Comerciais](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Comissão lança uma reflexão sobre o controlo da globalização](#)

Na sequência do Livro Branco da Comissão sobre o futuro da Europa, apresentado em 1 de março, a Comissão publicou um documento de reflexão sobre o controlo da globalização.

[Mercado único digital: Comissão apela à rápida adoção de propostas fundamentais e apresenta os desafios futuros](#)

Tendo chegado a meio do seu mandato, a Comissão Europeia publicou a revisão intercalar da Estratégia para o Mercado Único Digital.

[Anti-trust: Comissão publica relatório final do inquérito setorial sobre o comércio eletrónico](#)

O relatório final da Comissão Europeia do inquérito setorial sobre o comércio eletrónico identifica práticas comerciais suscetíveis de restringir a concorrência. Permite à Comissão centrar a aplicação das regras da UE em matéria anti-trust em mercados de comércio eletrónico e já incitou as empresas a reverem as suas práticas.

[Previsões económicas da primavera de 2017: prevê-se a continuação do crescimento](#)

Consultas Públicas

[Avaliação intercalar do Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas \(COSME\) \(2014-2020\)](#)

Período de consulta: 10 maio 2017 – 31 agosto 2017

[Consulta pública sobre “Direito das Sociedades da UE melhorado”: normas sobre soluções digitais e operações transnacionais eficientes](#)

Período de consulta: 10 maio 2017 – 6 agosto 2017



CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Defesa dos consumidores

[Serviços financeiros: Conselho aprova programa para a participação dos consumidores na elaboração das políticas](#)

O Conselho aprovou um programa destinado a promover a participação dos consumidores e de outros utilizadores finais na elaboração das políticas no domínio dos serviços financeiros.

Economia

[Conselho aprova Programa de Apoio às Reformas Estruturais](#)

O Conselho aprovou um programa para ajudar os Estados-Membros a executar reformas estruturais que visam promover a competitividade, a produtividade e o crescimento.

Espaço Schengen

[Espaço Schengen: Conselho recomenda prolongar até seis meses os controlos nas fronteiras internas](#)

O Conselho adotou uma decisão de execução que formula uma recomendação que visa prolongar os controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais por um período máximo de seis meses.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 11 DE MAIO DE 2017

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- O regime especial de acesso a dados de base e a dados de tráfego de comunicações eletrónicas pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).
- A criação da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.
- A alteração ao regime das Lojas e Espaços de Cidadão, tornando claras as condições para a instalação desses equipamentos.
- A redução do custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito, promovendo-se a utilização conjunta das infraestruturas físicas existentes, através da aplicação de um conjunto mínimo de direitos e obrigações aplicáveis em toda a União Europeia, transpondo a Diretiva Europeia 2014/61/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.
- Os decretos-leis que estabelecem os regimes relativos às instalações de gases combustíveis em edifícios e às instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), concretizando duas medidas de simplificação legislativa integradas no Simplex+ 2016.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011